



Comitê da Bacia Hidrográfica  
do Rio São José dos Dourados

# Elaboração de Projetos FEHIDRO 2021

23/02/2021

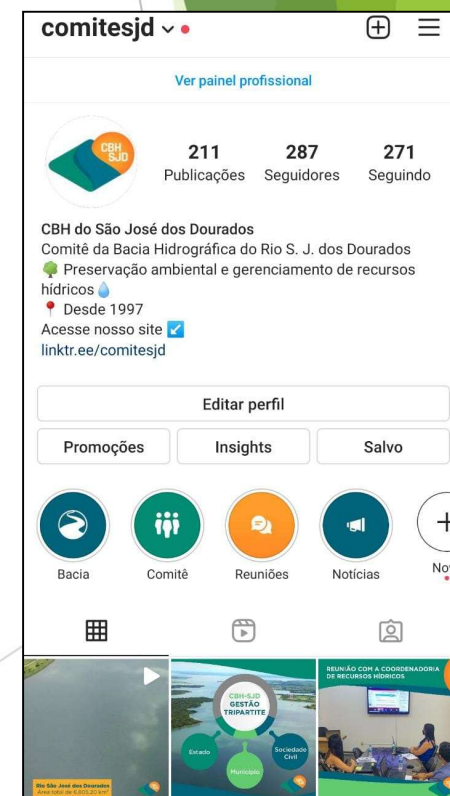
# REDES SOCIAIS DO CBH-SJD

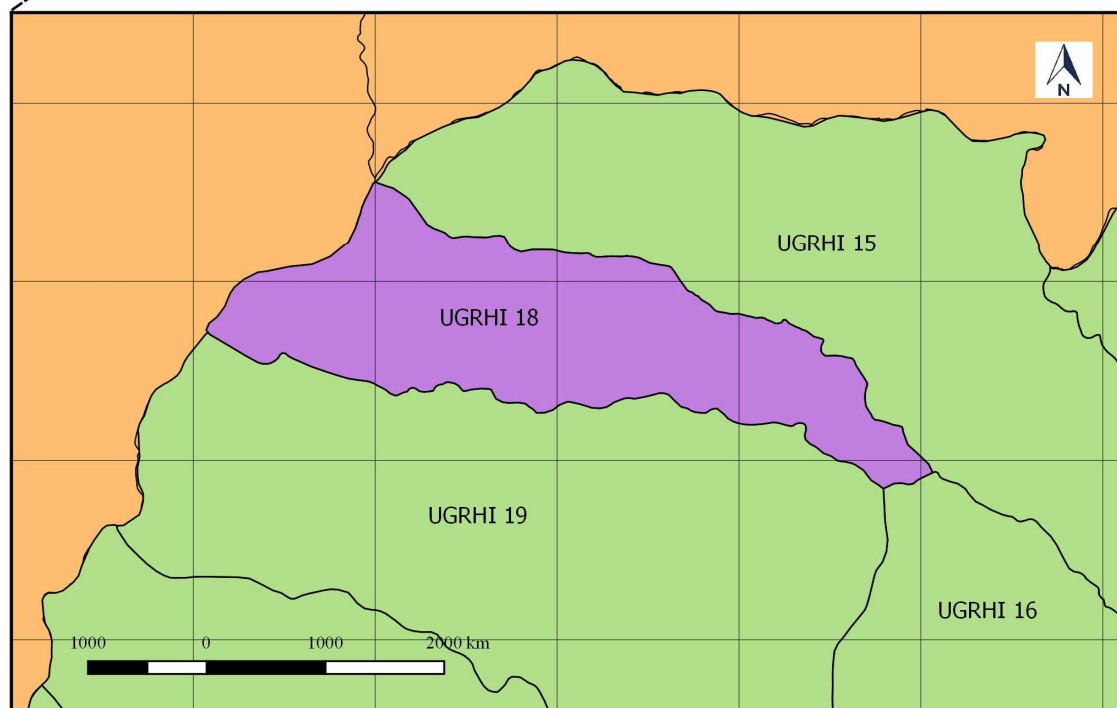
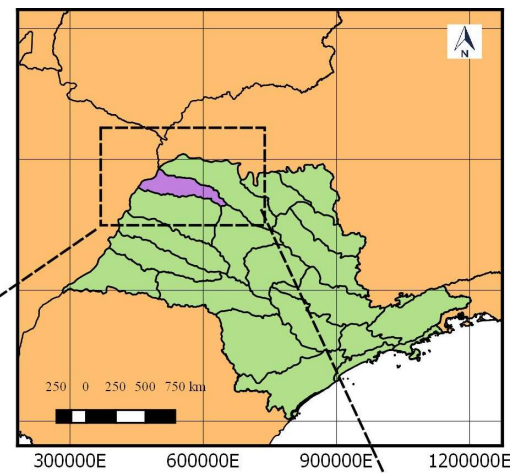
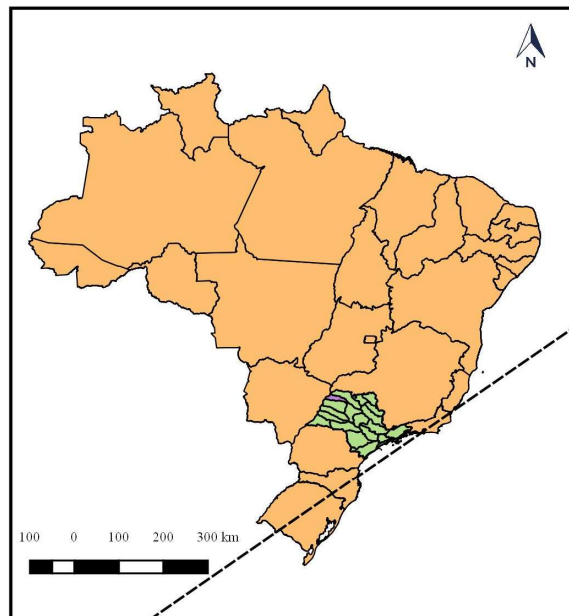
Convidamos a todos para conhecerem e acompanharem as novidades através do site [www.comitesjd.sp.gov.br](http://www.comitesjd.sp.gov.br)

O perfil do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados - CBH-SJD no Facebook <https://www.facebook.com/comitesjd/>

E o perfil do Comitê no Instagram <https://www.instagram.com/comitesjd/>

Seja nosso seguidor!!

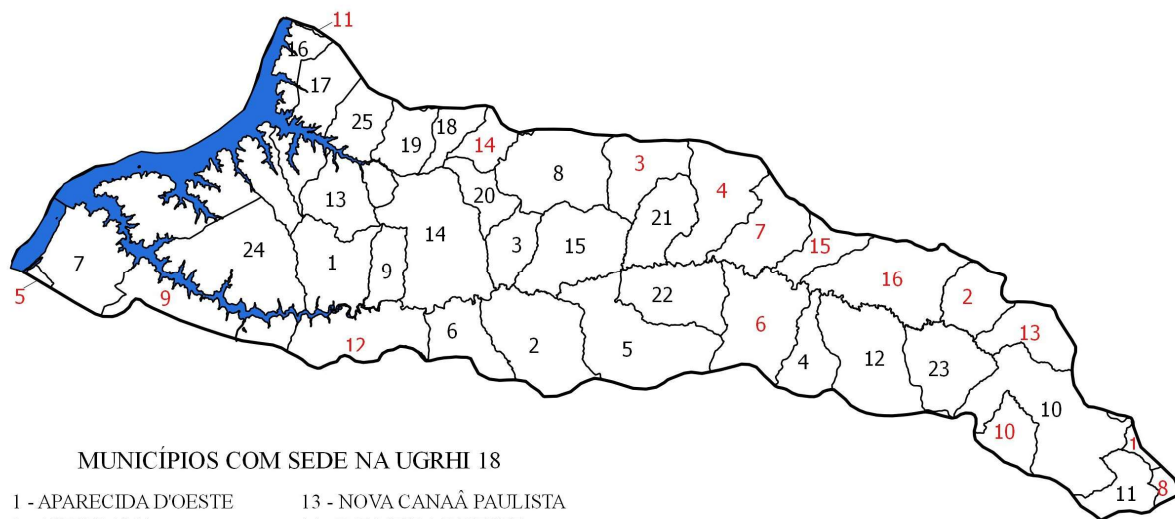




# CBH-SJD

- ❖ Fundado em 07/08/1997
- ❖ 25 municípios com sede na UGRHI
- ❖ 16 municípios com sede em outra UGRHI
- ❖ Área de drenagem 6.783 km<sup>2</sup>
- ❖ População de 228.574 hab

## MUNICÍPIOS UGRHI 18



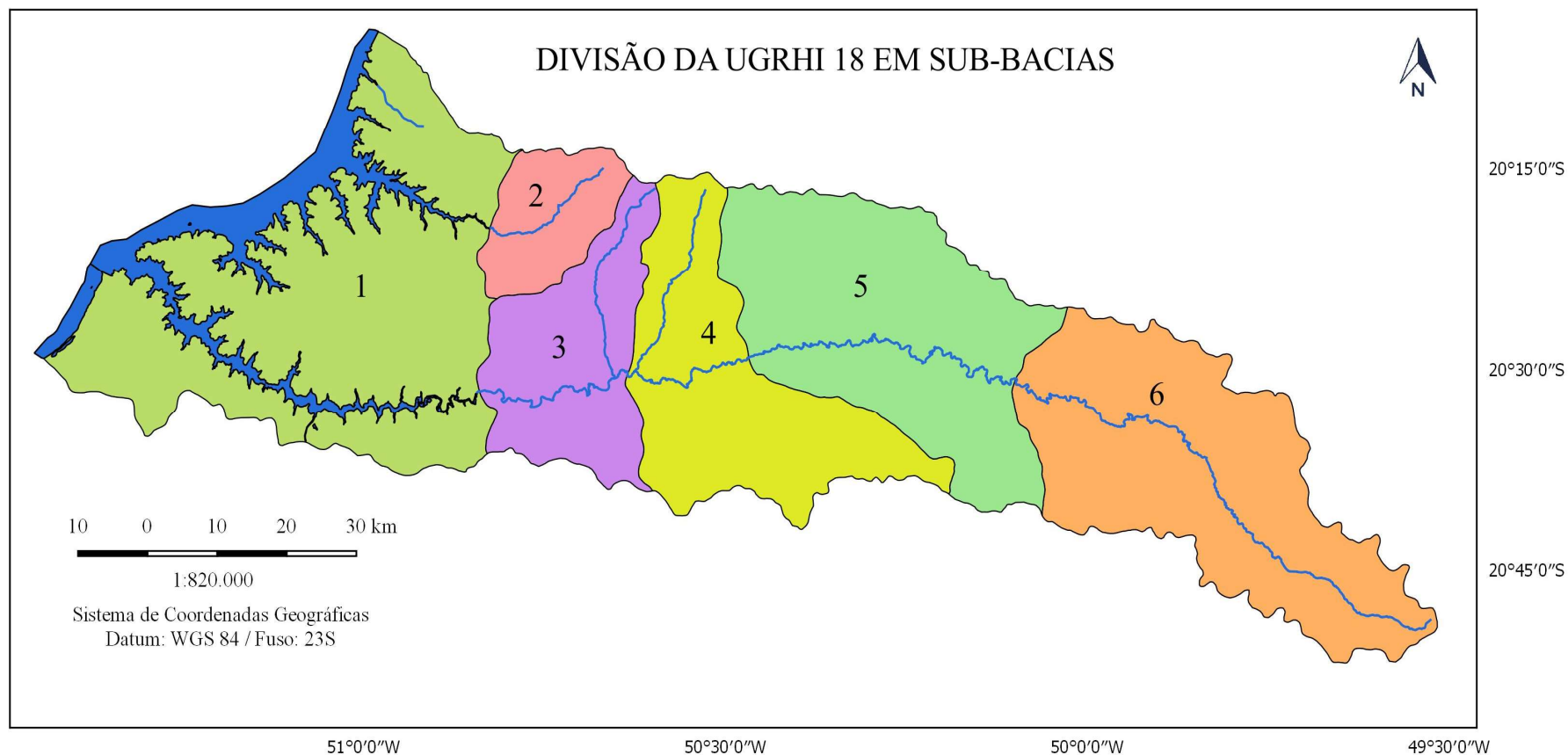
### MUNICÍPIOS COM SEDE NA UGRHI 18

1 - APARECIDA D'OESTE	13 - NOVA CANAÃ PAULISTA
2 - AURIFLAMA	14 - PALMEIRA D'OESTE
3 - DIRCE REIS	15 - PONTALINDA
4 - FLOREAL	16 - RUBINÉIA
5 - GENERAL SALGADO	17 - SANTA FÉ DO SUL
6 - GUZOLÂNDIA	18 - SANTA SALETE
7 - ILHA SOLTEIRA	19 - SANTANA DA PONTE PENSE
8 - JALES	20 - SÃO FRANCISCO
9 - MARINÓPOLIS	21 - SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES
10 - MONTE APRAZÍVEL	22 - SÃO JOÃO DE IRACEMA
11 - NEVES PAULISTA	23 - SEBASTIANÓPOLIS DO SUL
12 - NHANDEARA	24 - SUZANÁPOLIS
	25 - TRÊS FRONTEIRAS

### MUNICÍPIOS COM SEDE EM OUTRAS UGRHI'S

1 - BÁLSAMO	9 - PEREIRA BARRETO
2 - COSMORAMA	10 - POLONI
3 - ESTRELA D'OESTE	11 - SANTA CLARA D'OESTE
4 - FERNANDÓPOLIS	12 - SUD MENUCCI
5 - ITAPURA	13 - TANABI
6 - MAGDA	14 - URÂNIA
7 - MERIDIANO	15 - VALENTIM GENTIL
8 - MIRASSOL	16 - VOTUPORANGA

# UGRHI 18



## LEGENDA

- 1 - BAIXO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS
- 2 - RIBEIRÃO PONTE PENSA
- 3 - RIBEIRÃO COQUEIRO/SÃO JOSÉ DOS DOURADOS
- 4 - RIBEIRÃO MARIMBONDO/SÃO JOSÉ DOS DOURADOS
- 5 - MÉDIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS
- 6 - ALTO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

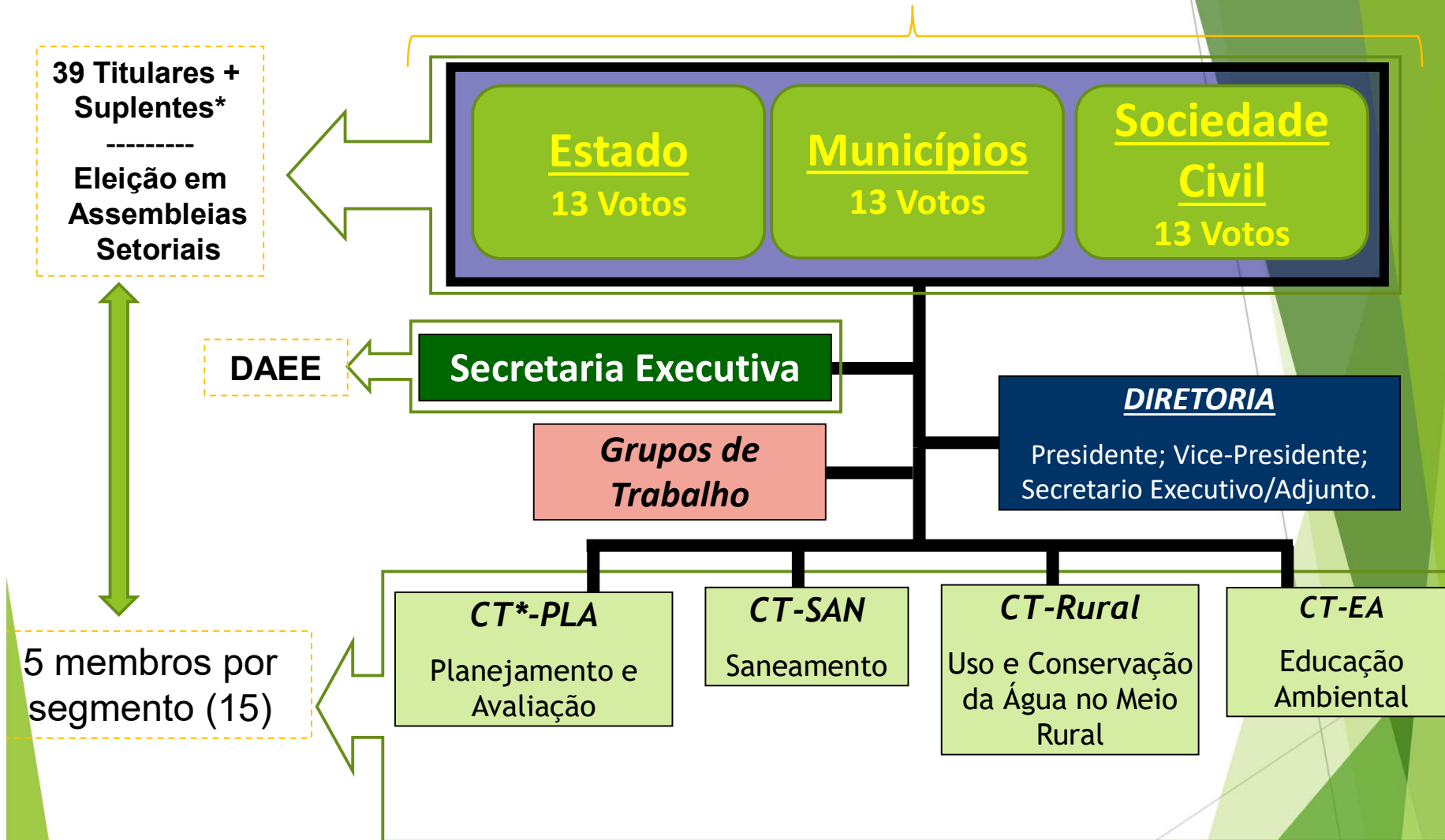


# O que é o CBH-SJD?



O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados é um colegiado que compõe o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH). É um fórum que abrange diferentes segmentos para discussão sobre gestão e proteção dos recursos hídricos, com a finalidade de uma construção coletiva de soluções.

## DECISÕES = DELIBERAÇÕES



## REUNIÕES PARA ELEIÇÃO DE SEGMENTOS

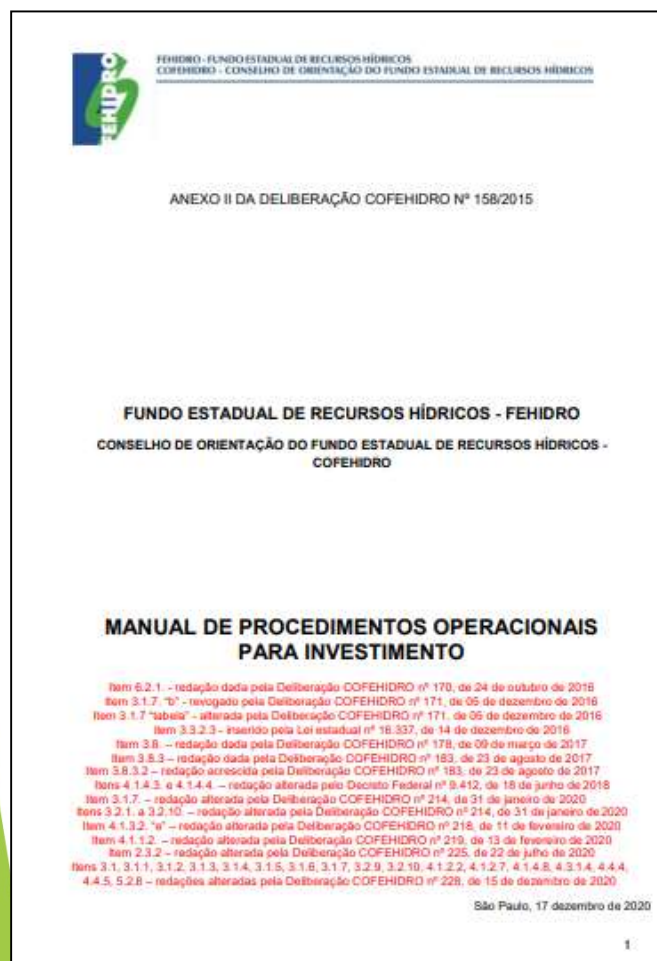
Segmento	Data	Horário
Estado	02/03	9h30
Sociedade Civil	04/03	9h30
Município	04/03	14h
Todas as reuniões serão por videoconferência		

The logo for CBH SJO, featuring the text "CBH" above "SJO" inside an orange circle, which is placed on a stylized green and blue landscape graphic.

CBH  
SJO



# MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE INVESTIMENTO - MPO



Define todas as fases envolvidas na aprovação de um contrato de financiamento do FEHIDRO.

<https://fehidro.saisp.br/fehidro/index.html>

# Quem pode obter recursos do FEHIDRO?

- Pessoas jurídicas de direito público, da **administração direta e indireta do Estado** e dos **municípios** de São Paulo;
- **Concessionárias e permissionárias de serviços públicos**, com atuação nas áreas de saneamento, meio ambiente ou aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos;
- **Consórcios intermunicipais** regularmente constituídos;
- **Entidades privadas sem finalidades lucrativas**, usuárias ou não de recursos hídricos, com **constituição definitiva há pelo menos quatro anos**, nos termos da legislação pertinente, que detenham entre suas **finalidades principais a proteção ao meio ambiente ou atuação na área de recursos hídricos** e com atuação comprovada no âmbito do Estado de São Paulo ou da Bacia Hidrográfica;
- Pessoas jurídicas de direito privado, com finalidade lucrativa e que sejam **usuárias de recursos hídricos**.

# PRÉ-REQUISITOS BÁSICOS

Deliberação “AD REFERENDUM” CBH-SJD nº 232/2021, que fixa **PRAZOS e PROCEDIMENTOS**.

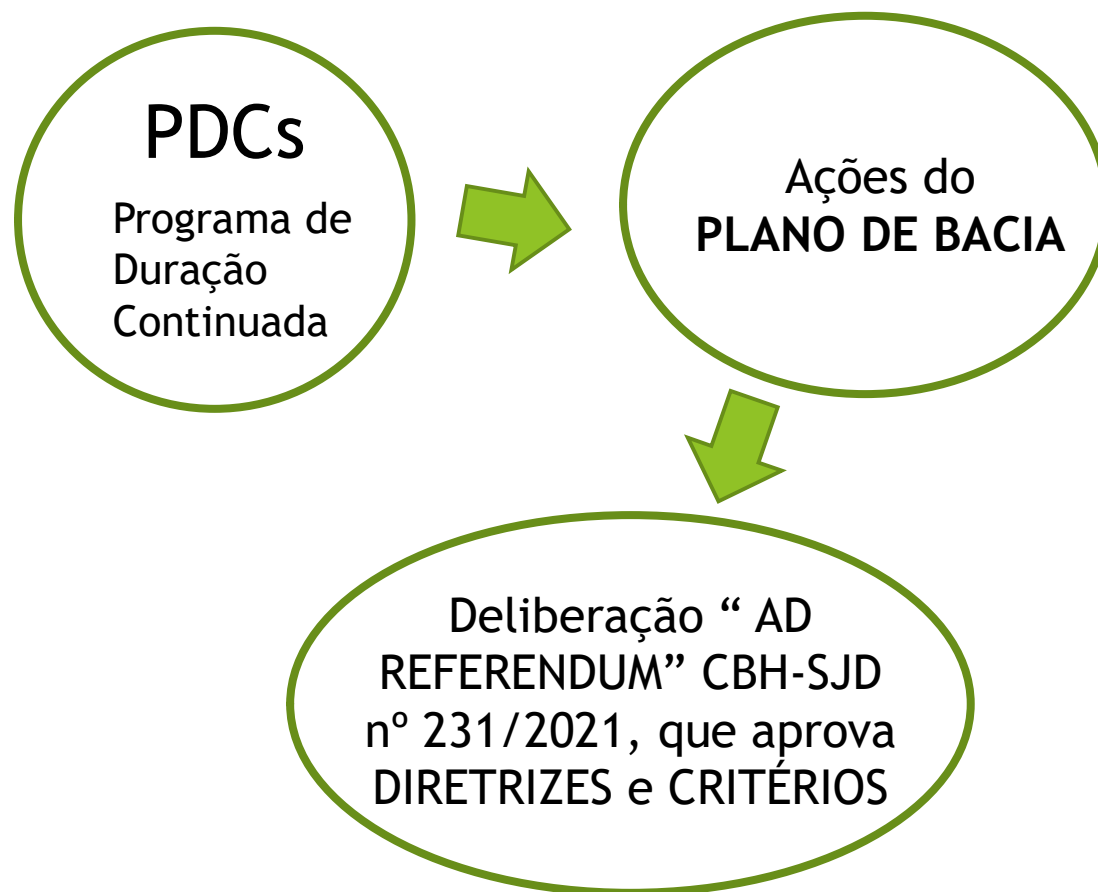
Por meio de expediente formal (ofício) assinado pelo representante legal da instituição proponente, constando o título da solicitação, valores (FEHIDRO, Global e Contrapartida).

De **08/02/2021 a 30/04/2021** - **Protocolo** das 9h às 12h

**Secretaria Executiva** do CBH-SJD, Av. Otávio Pinto César, 1.400, São José do Rio Preto/SP

**1 VIA IMPRESSA  
1 VIA DIGITAL**

# PRÉ-REQUISITOS BÁSICOS



# PDC - TIPOLOGIAS DE PROJETOS ENQUADRÁVEIS

PDC	Descritivo do PDC	subPDC	Abrangência do subPDC
<b>PDC 3. Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas - MRQ</b>	Abrange ações no sistema de esgotamento sanitário, controle das fontes de poluição e recuperação ou melhoria da qualidade dos corpos de água.	<b>3.1 Sistema de esgotamento sanitário</b>	Projetos (básicos e/ou executivos) e obras de sistemas de esgotamento sanitário, em áreas urbanas ou rurais, bem como de tratamento de resíduos sólidos e líquidos provenientes de ETE ou de ETA.
		<b>3.2 Sistema de resíduos sólidos</b>	Projetos (básicos e/ou executivos) e obras de sistemas de coleta, tratamento e disposição final ou outras ações de manejo de resíduos sólidos, nos casos em que há comprometimento dos recursos hídricos.
		<b>3.3 Sistema de drenagem de águas pluviais</b>	Projetos (básicos e/ou executivos) e obras de sistemas urbanos de drenagem de águas pluviais e ações com vistas a promover a contenção da poluição difusa.
		<b>3.4 Prevenção e controle de processos erosivos</b>	Projetos (básicos e/ou executivos), obras e ações de prevenção e controle da erosão do solo ou do assoreamento dos corpos d'água, em áreas urbanas ou rurais, visando manutenção ou melhoria da qualidade das águas.
		<b>3.5 Intervenção em corpos d'água</b>	Projetos (básicos e/ou executivos), obras e ações visando a melhoria ou recuperação da qualidade das águas, mediante intervenções diretas nos corpos hídricos.

PDC	Descritivo do PDC	subPDC	Abrangência do subPDC
<b>PDC 5. Gestão da demanda de água - GDA</b>	Contempla ações de controle de perdas, racionalização do uso da água e reuso, nos diferentes setores usuários.	<b>5.1 Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água</b>	Projetos (básicos e/ou executivos), obras e serviços para o controle de perdas nos sistemas de abastecimento dos diferentes setores usuários de água, com ênfase nas redes públicas de abastecimento.
		<b>5.2 Racionalização do uso da água</b>	Projetos (básicos e/ou executivos), obras e serviços com vistas à parametrização e à racionalização do uso da água e à redução do consumo, nos diferentes setores usuários.
		<b>5.3 Reuso</b>	Projetos (básicos e/ou executivos), obras e serviços com vistas ao reuso da água nos setores industrial, comercial, de serviços e de produção agropecuária, dentre outros.

# Deliberação “AD REFERENDUM”

## CBH-SJD nº 231/21 de 27/01/2021

Aprova diretrizes e critérios para obtenção de recursos financeiros com recursos do FEHIDRO - Compensação Financeira e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, destinados à UGRHI - 18, referente ao ano de 2021 e dá outras providências.

- ✓ Documentos Técnicos
- ✓ Documentos Administrativos
- ✓ Prioridades
- ✓ Critérios de Pontuação/Hierarquização



# Deliberação “AD REFERENDUM”

## CBH-SJD nº 231/21 de 27/01/2021

**Artigo 2º** Os procedimentos das solicitações de financiamentos para obtenção dos recursos FEHIDRO, referente ao Orçamento 2021, determinados nesta Deliberação, bem como as diretrizes para a definição das prioridades de investimentos destes recursos, deverão estar em conformidade com o:

- I. Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH);
- II. Programas de Duração Continuada (PDC e SubPDCs), conforme Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016;
- III. Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) atualizado, que se encontra no site do FEHIDRO (<https://fehidro.saisp.br/fehidro/index.html>);
- IV. Programa de Investimentos do CBH-SJD - (ANEXO V desta Deliberação);
- V. Os proponentes tomadores de recursos deverão possuir situação regular de adimplência técnica e financeira perante o FEHIDRO e estar em situação de regularidade perante o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

# Deliberação “AD REFERENDUM” CBH-SJD nº 231/21 de 27/01/2021

**Artigo 3º** Ficam estabelecidas as datas, horários e locais, para os proponentes tomadores efetuarem pessoalmente ou por meio de representante, o **protocolo de solicitação** de financiamentos para o Exercício 2020, da seguinte forma: de **08/02/2021 a 30/04/2021**, das **09:00 às 12:00 horas**, na sede da Secretaria Executiva do CBH-SJD, Av. Otávio Pinto Cesar, 1400 - Cidade Nova em São José do Rio Preto/SP.

**§ 1º** Não serão aceitos documentos entregues por outra via que não a direta, conforme datas, horários e endereços descritos neste Artigo.

# Deliberação “AD REFERENDUM” CBH-SJD nº 231/21 de 27/01/2021

**Artigo 4º** Os proponentes tomadores de recursos deverão apresentar, no período de protocolo de **solicitação, 01 (UMA) VIA IMPRESSA e 01 (UMA) VIA DIGITAL (CD OU PENDRIVE)** de todos os documentos que compõem a solicitação, de tal forma que a documentação deverá estar em pastas.

§ 1º Os documentos administrativos deverão estar separados das pastas com os documentos técnicos, conforme **Anexos I a IV** desta Deliberação;

§ 2º O envelope contendo a documentação técnica deverá estar lacrado no momento do protocolo.

§ 3º **Serão considerados inválidos os documentos sem a assinatura do representante legal e do responsável técnico do proponente tomador, o que implicará em complementação técnica.**

# Deliberação “AD REFERENDUM”

## CBH-SJD nº 231/21 de 27/01/2021

**Artigo 6º** Quando do **protocolo de solicitações** de financiamentos, o proponente tomador fica obrigado a apresentar os documentos específicos, de acordo com as categorias e o estabelecido nos Anexos desta Deliberação:

- I. Municípios e Entidades Municipais: **Anexo I;**
- II. Órgãos e Entidades Estaduais: **Anexo II “A” administração direta / Anexo II “B” administração indireta;**
- III. Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos: **Anexo III;**
- IV. Usuários de Recursos Hídricos com fins lucrativos: **Anexo IV.**

**§ 4º** Os tomadores contemplados anteriormente com recursos do CBH-SJD para elaboração de plano/estudo (drenagem, erosão, recomposição, controle de perdas, etc.), ao solicitar recursos para serviços e obras correlatas, deverão apresentar documentos comprobatórios de conclusão do plano/estudo e a referida indicação da necessidade da obra apontada em seu plano, salvo casos justificados pelo Tomador e avaliados/aceitos pela CT-PLA.

# Deliberação “AD REFERENDUM”

## CBH-SJD nº 231/21 de 27/01/2021

**Artigo 7º** O proponente tomador **poderá apresentar mais de um empreendimento**, desde que atenda os critérios propostos nesta Deliberação **de acordo com o ANEXO V**. Cabe ao Tomador indicar as ordens de prioridade do empreendimento (conforme pontuação).

**Artigo 8º** Para atendimento ao que determina o item 3.1.7 do MPO, para recursos da compensação financeira ficam **estabelecidos valores mínimos e máximos das solicitações de recursos do FEHIDRO**, conforme descrito:

✓ **mínimo de R\$ 150.000,00**

OBS: Os valores devem estar de acordo com o programa de investimento (**ANEXO V**)

# Deliberação “AD REFERENDUM” CBH-SJD nº 231/21 de 27/01/2021

**Artigo 11** Ficam impedidos de pleitear recursos no âmbito do Comitê:

- I. Os proponentes tomadores em situação irregular ou de inadimplência financeira parcial ou total, relativa à cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito da UGRHI - 18.



# Deliberação “AD REFERENDUM”

## CBH-SJD nº 231/21 de 27/01/2021

**Artigo 13** O tomador deverá apresentar sua proposta de contrapartida mínima, calculado sobre o orçamento total da solicitação a ser financiada pelo FEHIDRO, de acordo com o Manual de Procedimentos Operacionais para Investimento (MPO), calculada da seguinte forma:

I. ....**financiamento reembolsáveis: mínimo 20%** do valor total do empreendimento;

II. ... **financiamentos não reembolsáveis:**

- a) administração direta ou indireta de municípios com até 50 mil habitantes: 2%
- b) administração direta ou indireta de municípios acima de 50 mil até 200 mil habitantes: 5%
- c) administração direta ou indireta de municípios acima de 200 mil habitantes: 10%
- d) administração direta ou indireta do Estado: 10%
- e) entidades privadas sem fins lucrativos: 10% exceto Consórcios Intermunicipais que ficam dispensados da apresentação de contrapartida.

# Deliberação “AD REFERENDUM”

## CBH-SJD nº 231/21 de 27/01/2021

**Artigo 16** Para efeito de desempate nas situações de igualdade de pontuação ficam estabelecidos os seguintes critérios, na ordem que se segue:

- I. A proposta que apresentar maior percentual de contrapartida (proporcional ao valor total da solicitação de recursos);
- II. A proposta com menor número de complementações.

**Parágrafo Único:** Persistindo o empate cabe a CT-PLA definir o próximo critério.

# Quais projetos podem ser financiados na Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados?

## ANEXO V

### Ações do Programa de Investimentos para 2021

Todas as ações são retiradas do PLANO DE BACIA

Plano de Ações e Programa de Investimentos - PAPI 2020-2023

Atualizado recentemente no Relatório de Situação do CBH-SJD

estamos trabalhando com estimativa de valores

PDC	Sub PDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. art. 2 delib. CRH 188/16	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) - 2021	Fonte
3	3.1 - Sistema esgotamento	MI. 2 e 3 - Efetuar melhorias nos sistemas de tratamento de esgoto em ao menos 02 municípios	Execução de obras de sistemas de esgotamento sanitário, bem como de tratamento de efluentes provenientes de ETE (Al.3, 4, 5 e 6)	Município	Municípios da UGRHI 18 que apresentem proporção de redução da carga orgânica poluidora doméstica ≤ 80%	Tabela nº 16 RS: Floreal, Ilha Solteira, Neves Paulista, Pontalinda, Rubinéia, Santa Fé do Sul, São João de Iracema, Suzanópolis.	Prioritário	Município	a definir	R\$ 242.500,00	Cobrança Estadual
3	3.2 - Sistema de resíduos	MI.4 - Efetuar melhorias nos sistemas de aterros sanitários em ao menos 02 municípios	Execução de obras e projetos (Al 8 e 9)	Município	Municípios com sistema de tratamento e coleta de resíduos sólidos ineficientes, conforme consta no Rel. .de Situação	Vida útil da área do aterro menor que 2 anos: Floreal, Nova Canaã Paulista, Pontalinda, Três Fronteiras	Prioritário	Município	a definir	R\$ 242.500,00	Cobrança Estadual
3	3.4 - Prevenção de erosão	MI. 6 e MI. 7 - Aprimorar sistemas de conservação do solo e controle de erosão em ao menos 03 municípios	Execução de obras ou projetos que controle a erosão do solo ou assoreamento dos corpos d'água, em áreas urbanas ou rurais (Al. 14, 15 e 16)	Município	Municípios com Plano de Drenagem ou Plano Diretor de Erosão elaborado	Todos os municípios - apresentar o Plano junto com o projeto	Prioritário	Município	a definir	R\$ 400.000,00	Cobrança Estadual
									TOTAL	R\$ 885.000,00	
3	3.3 - Sistema de drenagem	MI. 7 e MI. 9 - Realizar melhorias nos sistemas de drenagem em ao menos 02 municípios	Execução de obras ou projetos de galerias de águas pluviais e canalização de curso d'água em área urbana e periurbana (Al.17, Al. 21, 22 e 23 )	Município	Obras indicadas no Plano/Estudo de Drenagem no Município e para Projetos com necessidades de readequação/ ampliação	Todos os municípios - apresentar o Plano junto com o projeto	Prioritário	Município	a definir	R\$ 200.000,00	CFURH
3	3.4 - Prevenção de erosão	MI. 6 e MI. 7 - Aprimorar sistemas de conservação do solo e controle de erosão em ao menos 03 municípios	Execução de obras ou projetos que controlem a erosão do solo ou assoreamento dos corpos d'água, em áreas urbanas ou rurais (Al. 14, 15 e 16)	Município	Municípios com Plano de Drenagem ou Plano Diretor de Erosão elaborado	Todos os municípios - apresentar o Plano junto com o projeto	Prioritário	Município	a definir	R\$ 173.575,86	CFURH
5	5.1 - Controle de perdas	MI.5 - Reduzir perdas em sistemas de abastecimento de água em ao menos 02 municípios	Implementação das ações indicadas no Plano de Saneamento (Al.11 e 12) (troca de hidrômetros, manutenção de rede, instalação de válvulas redutoras de pressão, entre outros)	Município	Ilha Solteira, Santa Fé do Sul, Suzanópolis, São João de Iracema e Neves Paulista	Municípios com o sistema de abastecimento público sendo operado pela PM ou Serviço Autônomo	Prioritário	Município	a definir	R\$ 343.000,00	CFURH
									TOTAL	R\$ 716.575,86	

## PROJETO - DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Atestado da Câmara Municipal de Efetivo Exercício de Mandato do Prefeito;
- Cópia do cartão do CNPJ;

[http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp?cnpj=](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=)

The screenshot displays the REDESIM (Receita Federal do Brasil) website interface. The main heading is "Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral". Below this, it states: "Esta página tem como objetivo permitir a emissão do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica pela Internet em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018." The form requires the user to "Digite o número de CNPJ da empresa e clique em 'Consultar'". There is a text input field for the CNPJ, a "CONSULTAR" button, and a "LIMPAR" button. A CAPTCHA is also present with the text "CAPTCHA SONORO" and a checkbox labeled "Não sou um robô". The footer includes the REDESIM logo, the text "Passo a passo para o CNPJ", and links for "Consultas CNPJ", "Estatísticas", "Parceiros", and "Serviços CNPJ". The bottom of the page features the "BRASIL" logo and the text "© 2018 PORTAL DA RECEITA. Todos os direitos reservados."

## PROJETO - DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Cópia do RG do(s) Responsável(is) Legal(is) **Prefeito**
- Cópia do CPF do(s) Responsável(is) Legal(is) **Prefeito**
- Declaração de Adimplência Técnica perante entidades públicas estaduais e federais; de não recebimento de outros financiamentos com recursos públicos para os mesmos itens do objeto a ser financiado, inclusive contrapartida; e de quitação de envio de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) em papel timbrado - **Anexo IX do MPO**



# PROJETO - DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS ou Certidão Unificada da Fazenda Nacional

<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

CAIXA

Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 1.1

## Consulta Regularidade do Empregador

Estar regular perante o FGTS é condição obrigatória para que o empregador possa relacionar-se com os órgãos da Administração Pública e com instituições oficiais de crédito. Nesta página você poderá consultar a situação de regularidade do empregador e obter o correspondente Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, para os fins previstos em Lei.

### CrITÉRIOS de Pesquisa

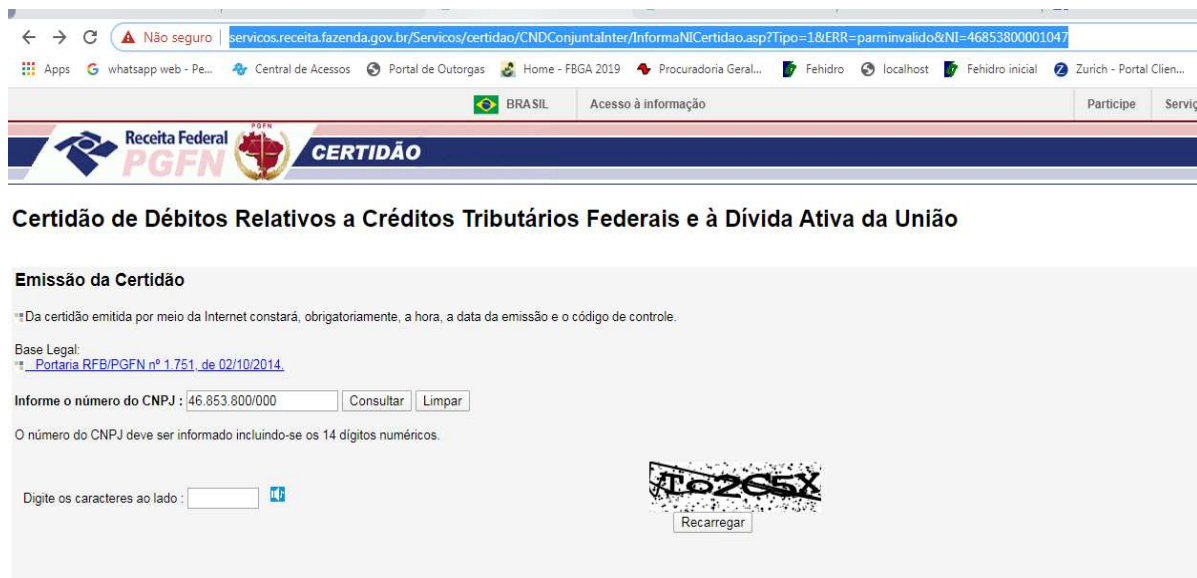
Informe a inscrição da Empresa, CNPJ ou CEI, somente números, e deixe em branco a UF.  
Para inscrição CAEPF, informar o CEI vinculado.  
Para efetuar a consulta pelo CNPJ básico, informe também a UF do estabelecimento.

Tipo de Inscrição	Inscrição	UF
<input type="text" value="CNPJ"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
		
<input type="button" value="Consultar"/>		

## PROJETO - DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (abrangendo inclusive contribuições sociais)

<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1&ERR=parminvalido&NI=46853800001047>



← → ↻ Não seguro [servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1&ERR=parminvalido&NI=46853800001047](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1&ERR=parminvalido&NI=46853800001047)

Apps whatsapp web - Pe... Central de Acessos Portal de Outorgas Home - FBGA 2019 Procuradoria Geral... Fehidro localhost Fehidro inicial Zurich - Portal Clien...

BRASIL Acesso à informação Participe Serviço

**Receita Federal** **CERTIDÃO**

**Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**


**Emissão da Certidão**

Da certidão emitida por meio da Internet constará, obrigatoriamente, a hora, a data da emissão e o código de controle.

Base Legal:  
Portaria RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014.

Informe o número do CNPJ : 46.853.800/000 Consultar Limpar

O número do CNPJ deve ser informado incluindo-se os 14 dígitos numéricos.

Digite os caracteres ao lado :   Recarregar

## PROJETO - DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas - CNDT;

<http://www.tst.jus.br/certidao>

- Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios - CRMC;

<http://www.convenios.sp.gov.br/>

**As certidões citadas devem estar dentro do prazo de validade quando do protocolo no Comitê**

## PROJETO - DOCUMENTOS TÉCNICOS

- ▶ Ficha Resumo do Empreendimento - Anexo I (não estrutural) ou II (estrutural) do MPO
- ▶ Cronograma Físico-Financeiro - Anexo VII do MPO
- ▶ Planilha de Orçamento - Anexo VIII do MPO
- ▶ Documentos Técnicos referentes ao empreendimento, conforme sua natureza:
  - a. **Para estudos, projetos, pesquisas e atividades afins:** Termo de Referência com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)
  - b. **Para obras e serviços correlatos:**
    - ▶ I. Projeto Básico ou Executivo, conforme estabelecido pela Lei nº 8.666/1993
    - ▶ II. Memoriais Descritivos, Orçamentos, Cronogramas, Especificações Técnicas e demais documentos pertinentes

## ANEXO VIII - Estrutura mínima

As propostas deverão ser elaboradas em conformidade com o MPO e seguir a estrutura proposta:

1. **Apresentação institucional do proponente:** fazer uma descrição sucinta do histórico da instituição, entidade ou organização, assim como projetos desenvolvidos na área da proposta.
2. **Introdução:** conter a contextualização da proposta dentro da ação que se enquadra no Plano de Bacia Hidrográfica e suas informações gerais.
3. **Objetivos geral e específicos:** no **geral** é necessário demonstrar os propósitos da proposta de forma ampla, enquanto nos **específicos** devem conter o detalhamento para se alcançar os resultados.
4. **Justificativa:** apresentar as razões pelas quais a proposta deve ser desenvolvida e como poderá contribuir para a solução ou amenização dos problemas identificados na Bacia. Deve-se justificar a proposta dentro do Plano de Bacia Hidrográfica da UGRHI - 18.
5. **Público alvo beneficiado:** descrever quem será beneficiado com os resultados da proposta, sendo necessário ser coerente com os propósitos estabelecidos.
6. **Metodologia (somente para projetos e estudos):** deve ser descrito os métodos a serem utilizados para se atingir os objetivos da proposta, podendo ser conceitos teóricos, técnicas ou procedimentos experimentais. É necessário descrever todos os recursos (humanos e/ou materiais) que serão utilizados no desenvolvimento do projeto ou estudo, justificando-se a necessidade dos mesmos.
7. **Especificação técnica (somente para serviços e obras):** descrever os métodos e técnicas para alcançar os objetivos da proposta, detalhando o uso e a especificação de materiais, equipamentos, instalações e mão de obra, de forma geral.

## ANEXO VIII - Estrutura mínima

8. **Parcerias (quando aplicável):** deverá ser apresentado pelo proponente, no momento da submissão da proposta, um termo firmado com pessoa física ou jurídica que colabore para o desenvolvimento do projeto, estudo, serviço ou obra, agregando valor ao mesmo, por meio de recursos humanos, econômicos e/ou financeiros.

9. **Equipe técnica:** apresentar todos os membros da entidade proponente que serão responsáveis pelo desenvolvimento da proposta, descrevendo a formação acadêmica, a experiência na área e a função.

10. **Metas e atividades (somente para projetos e estudos):** as metas envolvem as ações e as atividades necessárias para alcançar certo objetivo específico, devendo ser claras, exequíveis e mensuráveis em determinado período de tempo.

11. **Plano de trabalho (somente para serviços e obras):** fazer uma descrição das atividades a serem desenvolvidas para a execução dos mesmos.

12. **Resultados esperados:** as propostas deverão descrever claramente os resultados e produtos a serem obtidos com a conclusão do projeto, estudo, serviço ou obra.

13. **Referências Bibliográficas (quando aplicável):** devem estar de acordo com o padrão ABNT (NBR-6023).

**Observações:** Os itens 1 a 13 devem estar em um único documento que norteará a execução do Plano, Projeto, Estudo, Serviço ou Obra. Para as propostas de serviços ou obras, o Termo de Referência deverá se apresentar sob a forma de um projeto básico ou executivo, conforme estabelecido pela Lei nº 8.666/1993 e em atendimento ao padrão da ABNT.



## PROJETO - DOCUMENTOS TÉCNICOS

- ▶ Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno nos casos em que o empreendimento assim o exigir, comprovando:
  - a. posse ou domínio mediante título ou matrícula de Cartório de Registro de Imóveis; ou
  - b. posse pro visória, decorrente de processo judicial de desapropriação, mediante termo de imissão provisória de posse; ou
  - c. locação, arrendamento, comodato, permissão ou concessão de uso, entre outros, mediante instrumento legal que comprove a disponibilidade do terreno ou imóvel para utilização em período compatível com a natureza do empreendimento ou pelo menos com o retorno do investimento;
  - d. anuência do(s) proprietários das áreas privadas e/ou declaração que a área é de domínio público.
- ▶ **OBS: As certidões de matrícula de imóveis devem ser atualizadas, consideradas válidas por 30 (trinta) dias a contar da emissão.**

## PROJETO - DOCUMENTOS TÉCNICOS

- ▶ Licenças ou Protocolo de Requerimento de Licenças ambientais e de outorga de recursos hídricos, no que couber:
  - a. Cópia da Licença Prévia - LP da SMA ou da CETESB;
  - b. Cópia da Licença de Instalação - LI da SMA ou da CETESB;
  - c. Cópia da Licença de Operação – LO da SMA ou da CETESB;
  - d. Cópia do Atestado de Regularidade Florestal ARF/DPRN;
  - e. Cópia da Licença de perfuração emitida pelo DAEE, para empreendimentos de construção de poços profundos;
  - f. Cópia da publicação do Ato de Outorga do DAEE.
- ▶ Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).
- ▶ **OBS: as planilhas de custos para elaboração dos orçamentos deverão estar referenciadas em tabelas tais como: PINI, REVISTA CONSTRUÇÃO & MERCADO, DAEE, SINAPI, PMSP, CPOS, SABESP ou FDE.**

# PROJETO - GANHO AMBIENTAL

Apresentar no projeto, podendo ser de forma sucinta, o ganho ambiental que o projeto irá proporcionar localmente, regionalmente ou globalmente.

Ganho ambiental, neste contexto, tem o mesmo sentido de Impacto ambiental positivo. A palavra “impacto” diz respeito ao resultado de fatores que podem modificar o ambiente, tanto de maneira positiva como negativa, segundo a nomenclatura do Sistema Ambiental Brasileiro (NBR ISO 14001).

Os impactos positivos colaboram para reconstituir o meio, para o retorno de espécies nativas e para melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos. Um impacto ambiental positivo consiste no resultado de uma norma ou medida que seja melhor para o meio ambiente, desta forma também poderão ser considerados como ganho ambiental do empreendimento as medidas mitigadoras e compensatórias apresentadas.

As medidas mitigadoras são aquelas que podem ser tomadas no momento da execução da ação que causará impacto ambiental. O objetivo é diminuir possíveis danos criando projetos mais sustentáveis desde a sua concepção. A construção utilizando materiais recicláveis ou o corte do menor número possível de árvores são exemplos de medidas mitigatórias em projetos ambientalmente sustentáveis.

As medidas compensatórias são aquelas tomadas quando o meio já sofreu o impacto negativo e normalmente são realizadas em um local diferente daquele em que o ambiente foi afetado. O reflorestamento é uma medida de compensação ao desmatamento que nem sempre ocorre no mesmo momento ou na área devastada, por exemplo.

Sabendo-se que a precisão de um impacto ambiental não é possível de ser feita, pois o meio ambiente é um sistema complexo, será considerada sua estimativa.

## ANEXO VI

### CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO

Critérios (aplicáveis a todas as solicitações)		Pontuação	Σ do item	Σ máx.
1. Abrangência do Empreendimento	Toda a UGRHI 18	10		82
	Toda a sub-bacia (conforme definição do Plano de Bacia)	7		
	Intermunicipal	5		
	Local (Município)	2		
2. Apresentação da documentação	Apresentou integralmente a documentação no primeiro protocolo	10		
	Necessária apenas uma complementação (administrativa ou técnica)	5		
	Necessárias duas complementações (administrativa e técnica)	2		
3. Quantidade de projetos apresentados (Grau de Prioridade)	Somente no 1º projeto priorizado	10		
	Até 2 projetos	7		
	>2	2		
4. Contrapartida	Igual ou maior que 20%	10		
	Igual a 10 e menor que 20%	7		
	Igual a 5 e menor que 10%	5		
	Menor que 5%	2		
5. Orçamento coerente com a metodologia e os resultados esperados pelo empreendimento	Satisfatório	10		
	Insatisfatório	0		
6. Cronograma físico-financeiro coerente com a execução da proposta do empreendimento	Satisfatório	10		
	Insatisfatório	0		
7. Atendimento a Estrutura do Pleito, conforme Anexo VIII	Satisfatório	10		
	Insatisfatório	0		
8. Ganho ambiental (De acordo com o anexo IX)	Apresentou	2		
	Não apresentou	0		
9. Informações Relatório de Situação (SNIS)	Apresentou	10		

# Quais itens podem ser financiados (item 3.4 MPO)

O FEHIDRO somente financia os itens indispensáveis ao cumprimento do objeto principal do empreendimento, desde que devidamente comprovadas, as seguintes despesas com:

1. **materiais de escritório e informática** quando necessárias para desenvolver o empreendimento, limitadas a 1% do seu custo global;
2. **locação de salas, de veículos automotores** (ônibus, caminhonete para transporte de equipamentos, caminhão de som, etc.) e equipamentos audiovisuais quando necessários para a realização de eventos específicos e inerentes ao empreendimento, desde que não sejam de propriedade do tomador ou de parceiros;
3. **construção ou reforma de bens imóveis necessários ao empreendimento de interesse** do Plano Estadual de Recursos Hídricos, com aprovação, verificação e comprovação de resultados pelos agentes técnicos para as entidades públicas na modalidade não reembolsável;
4. **serviços técnicos imprescindíveis à execução do empreendimento realizados por pessoas físicas ou jurídicas** (terceirizados), desde que os respectivos valores estejam dentro do limite percentual estabelecido pelo Agente Técnico, e respeitem os valores máximos definidos no Anexo XIV;

# Quais itens podem ser financiados (item 3.4 MPO)

- 5. **deslocamentos necessários à execução do empreendimento**, previstos na planilha de orçamento, restritos ao Estado de São Paulo, condicionadas à aprovação do Agente Técnico e considerando:
  - a) o limite de 12 (doze) UFESPs para refeição(ões) e pernoite em deslocamento superior a 18 horas a cada período de 24 horas;
  - b) o limite de 4 (quatro) UFESPs para refeição(ões) em deslocamento superior a 12 horas e igual ou inferior a 18 horas;
  - c) o limite 2,5 (duas e meia) UFESPs para refeição com deslocamento superior a 6 horas e igual ou inferior a 12 horas;
  - d) o consumo de combustível compatível com o veículo utilizado;
  - e) E os pedágios;



# Quais itens podem ser financiados (item 3.4 MPO)

6. **deslocamentos para fora do Estado** exclusivamente no Programa de Duração Continuada (PDC) que prevê atividades de articulação com Estados vizinhos e com a União;
7. **táxi e passagens aéreas**, mesmo que previstas no orçamento, somente quando o Agente Técnico constatar que são necessárias ao cumprimento do objeto;
8. **hospedagem e locomoção para participantes de cursos ou eventos** em geral, de natureza especial e relevante interesse para o SIGRH, mediante prévia aprovação do Agente Técnico;
9. **envio de correspondência estritamente relacionada com a execução** do empreendimento, desde que seja apresentada a lista de todos os destinatários (nome e endereço completo);
10. **construção ou ampliação de viveiros**, ou produção de mudas, desde que incluídos:
  - o plantio das mudas nativas regionais produzidas no primeiro ciclo e os respectivos tratos culturais, para recuperação florestal em áreas não autuadas e sem obrigações administrativas ou judiciais;
  - a produção de mudas nativas regionais até o final do contrato do FEHIDRO.

# Quais itens podem ser financiados (item 3.4 MPO)

11. importação de equipamentos;
12. licenciamento ambiental e/ou outorga do direito de uso da água;
13. material de consumo pertinente ao empreendimento, desde que constante da Planilha de Orçamento;
14. fornecimento de alimentação aos participantes dos eventos financiados, mediante expressa justificativa aprovada pelo Agente Técnico, e limitadas a 0,25 UFESP por pessoa, por período. Aplicam-se somente a entidades estaduais e municipais de direito público da administração direta e indireta que não possuam receita tarifária;
15. equipamentos e acessórios de informática;
16. mobiliário e materiais de escritório em geral;
17. equipamentos audiovisuais em geral;
18. automóveis, caminhonetes, furgões e barcos, novos, desde que comprovadamente indispensáveis para a implantação de programas, projetos, serviços e obras previstos no PERH;

# Quais itens podem ser financiados (item 3.4 MPO)

- 19. **equipamentos e acessórios** para implantação, atualização e ampliação de sistema de informações e/ou monitoramento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos;
- 20. **equipamentos indispensáveis ao cumprimento do objeto principal do empreendimento.**

# Quais itens que não podem ser financiados (item 3.5 MPO)

1. administração da execução do empreendimento;
2. despesas referentes à utilização de mão de obra e de equipamentos próprios do Tomador ou de parceiros;
3. premiações em geral, salvo se aprovado pelo COFEHIDRO;
4. bolsa de estudos, ou qualquer outro tipo de bolsa;
5. operação e manutenção de empreendimentos, exceto nos casos previstos no PERH;
6. procedimento licitatório;
7. utilização de instalações (sedes, prédios, salas, laboratórios etc.) e de equipamentos (veículos, computadores, telefones, fax, copiadoras etc.) pertencentes ao Tomador ou aos parceiros;
8. materiais, serviços e equipamentos provenientes de doações de entidades públicas ou repasses não reembolsáveis de recursos públicos;

# Quais itens que não podem ser financiados (item 3.5 MPO)

9. rescisões de contrato de trabalho;
10. gastos com bebidas alcoólicas inclusive dentro do limite estabelecido para despesas com alimentação;
11. produção de *Pinus spp* e *Eucaliptus spp* para associações de reposição florestal e demais entidades beneficiadas com recursos dos consumidores de produtos florestais, nos termos da Resolução Conjunta SMA/IBAMA 04/96 de 26.04.1996 e da Lei Estadual 10.780 de 09.03.2001;
12. recuperação florestal em áreas autuadas por supressão de vegetação nativa ou sobre as quais existam obrigações administrativas ou judiciais determinando a sua recuperação, na modalidade não reembolsável;
13. produção de mudas que serão doadas para recuperação florestal em áreas autuadas por supressão de vegetação nativa ou sobre as quais existam obrigações administrativas ou judiciais determinando a sua recuperação, na modalidade não reembolsável;

# Quais itens que não podem ser financiados (item 3.5 MPO)

- 14. aluguel de instalações, equipamentos ou veículos de qualquer natureza de propriedade do Tomador ou de parceiros;
- 15. hospedagem e/ou locomoção individual de participantes de cursos ou eventos;
- 16. serviços prestados pelos cooperados da Cooperativa que é a tomadora do financiamento;
- 17. construções de edificações, aquisições de máquinas e equipamentos, desassociadas de empreendimentos de interesse do PERH.



# O que constitui contrapartida (item 3.6 MPO)

São aceitos como contrapartida, nas condições estabelecidas, os custos do empreendimento relativos a:

1. materiais de escritório e informática quando necessários para desenvolver o empreendimento, limitados a 1% do seu custo global;
2. locação de salas, de veículos automotores (ônibus, caminhonete para transporte de equipamentos, caminhão de som, etc.) e respectivos seguros, e equipamentos audiovisuais quando necessários para a realização de eventos específicos e inerentes ao empreendimento, desde que não sejam de propriedade do tomador ou deparceiros;
3. envio de correspondência estritamente relacionada com a execução do empreendimento, desde que seja apresentada a lista de todos os destinatários (nome e endereço completo);
4. despesas gerais de manutenção do Tomador e executor, como contas de telefone, água e luz, limitadas a 2% do custo global do empreendimento, que tenham vinculação exclusiva com o mesmo e estejam previstas na planilha de orçamento, a critério do Agente Técnico;

# O que constitui contrapartida (item 3.6 MPO)

5. horas do responsável pelo acompanhamento da implantação do empreendimento, direção técnica, coordenação técnica ou denominações equivalentes, em percentual máximo de 10% do total da contrapartida oferecida e a critério do Agente Técnico;
6. fornecimento de bens ou da prestação de serviços provenientes da formalização de convênio, termo de compromisso ou de cooperação entre o Tomador e pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
7. execução da placa informando o suporte do Governo do Estado de São Paulo, através do FEHIDRO, com indicação do Colegiado, de acordo com modelo estabelecido pelo órgão competente e fornecido pela SECOFEHIDRO (Anexo XV), nos casos de obras;

# O que constitui contrapartida (item 3.6 MPO)

- 8. despesas referentes à utilização de mão-de-obra do Tomador condicionadas à apresentação de:
  - a) planilha homem/hora com os nomes dos funcionários envolvidos na execução do empreendimento, quantidade de horas necessárias e respectivo custo, podendo ser incluído o custo referente aos encargos sociais e excluídos os benefícios (seguro de vida, auxílio alimentação, assistência médica etc.), obedecidos os limites estabelecidos no Anexo XIV;
  - b) declaração do responsável legal pelo financiamento atestando o custo homem/hora;
- 9. despesas referentes à utilização de equipamentos próprios do Tomador condicionadas à apresentação de:
  - a) planilha de horas/equipamentos utilizados na execução, demonstrando os custos envolvidos, sem considerar a Bonificação de Despesas Indiretas (BDI);

# O que constitui contrapartida (item 3.6 MPO)

- 10. serviços prestados pelos cooperados da Cooperativa que é a tomadora do financiamento;
- 11. investimentos referentes exclusivamente ao empreendimento, realizados após a deliberação de indicação pelo Colegiado, devidamente licenciado, quando couber, e sujeito à aprovação do Agente Técnico.
- 12. Administração da execução do empreendimento limitada a 7% do valor global do empreendimento
- 13. Despesas administrativas com o processo licitatório (ex. publicação, contratação de serviço de pregão, etc).

# O que NÃO constitui contrapartida(item 3.6 MPO)

Não serão aceitas como contrapartida as despesas decorrentes de:

1. premiações em geral;
2. bolsa de estudos, ou qualquer outro tipo de bolsa;
3. operação e manutenção de empreendimentos, exceto nos casos previstos no PERH;
4. utilização de instalações (sedes, prédios, salas, laboratórios etc.) e de equipamentos (veículos, computadores, telefones, fax, copiadoras etc.) pertencentes ao Tomador ou aos parceiros;
5. materiais, serviços e equipamentos provenientes de doações de entidades públicas ou repasses não reembolsáveis de recursos públicos;
6. rescisões de contrato de trabalho;
7. gastos com bebidas alcoólicas inclusive dentro do limite estabelecido para despesas com alimentação;

# O que NÃO constitui contrapartida(item 3.6 MPO)

8. produção de Pinus spp e Eucaliptus spp para associações de reposição florestal e 44 demais entidades beneficiadas com recursos dos consumidores de produtos florestais, nos termos da Resolução Conjunta SMA/IBAMA 04/96 de 26.04.1996 e da Lei Estadual 10.780 de 09.03.2001;
9. produção de mudas que serão doadas para recuperação florestal em áreas autuadas por supressão de vegetação nativa ou sobre as quais existam obrigações administrativas ou judiciais determinando a sua recuperação, na modalidade não reembolsável;
10. aluguel de instalações, equipamentos ou veículos de qualquer natureza de propriedade do Tomador ou de parceiros;
11. aluguel de instalações, equipamentos ou veículos de qualquer natureza de propriedade do Tomador ou de parceiros;
12. hospedagem e/ou locomoção individual de participantes de cursos ou eventos;
13. rendimentos resultantes da aplicação financeira.



#### ANEXO XIV do MPO

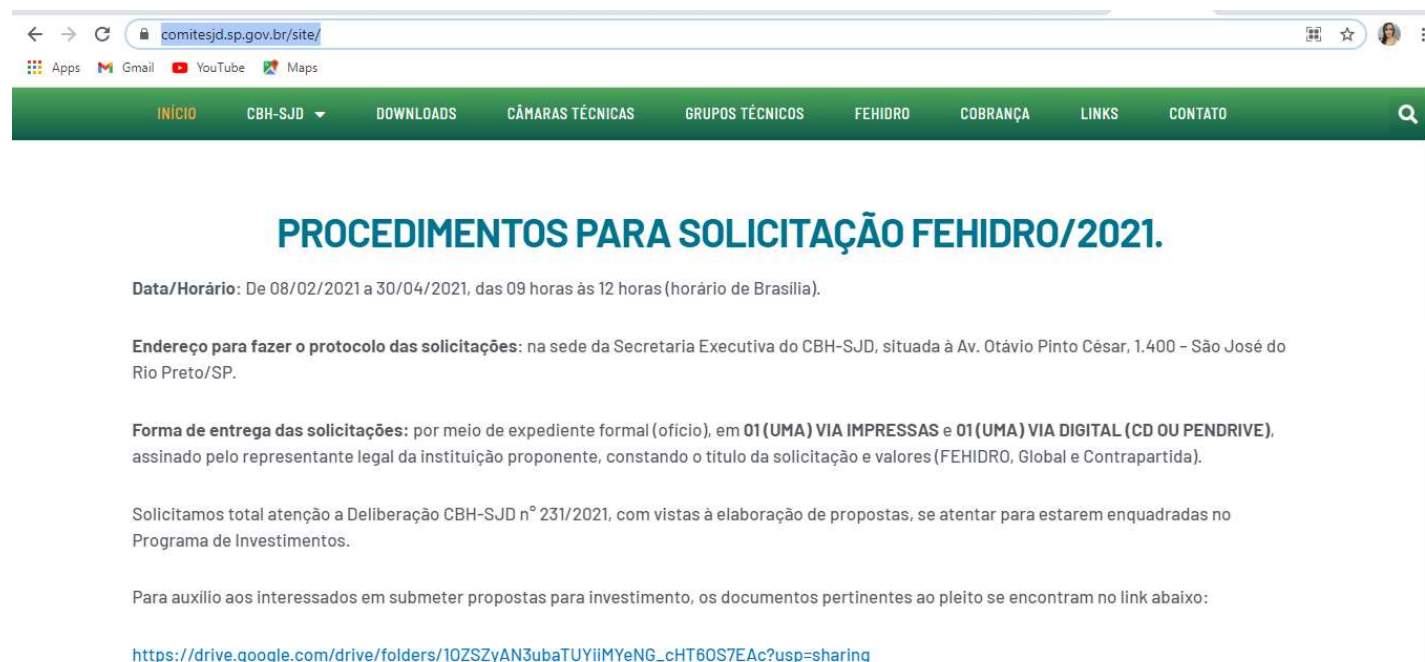
### VALORES MÁXIMOS PARA PAGAMENTO DE MÃO-DE-OBRA (FINANCIADA OU DE CONTRAPARTIDA)

<b>CARGO</b>	<b><u>VALORES EM UFESP</u></b> <b>(com encargos)</b>
Mão-de-obra para trabalho de campo	3,00 / dia
Estagiário nível médio	0,30 / hora
Estagiário nível superior	0,60 / hora
Técnico nível médio	3,00 / hora
Técnico nível superior	5,00 / hora
Consultoria	8,00 / hora



# Site do CBH-SJD




## <https://comitesjd.sp.gov.br/site/>



# Site do CBH-SJD

<https://comitesjd.sp.gov.br/site/>

Meu Drive > DOCUMENTOS FEHIDRO 2021

Nome ↑	Proprietário	Última modificação	Tamanho do arquivo
 Anexo 01 - Ficha resumo nao estrutural.doc	eu	5 de fev. de 2021 eu	139 KB
 Anexo 02 - Ficha resumo estrutural.doc	eu	5 de fev. de 2021 eu	157 KB
 Anexo 07 - cronograma-fisico-financeiro.xls	eu	5 de fev. de 2021 eu	64 KB
 Anexo 08 - Planilha Orcamentaria.xls	eu	5 de fev. de 2021 eu	46 KB
 Anexo 09 - Modelo Declaracao Municipios Entidades ...	eu	5 de fev. de 2021 eu	30 KB
 Anexo 10 - Modelo Declaracao Entidades Sociedade ...	eu	5 de fev. de 2021 eu	30 KB
 Anexo 11 - Relatorio Atividades.doc	eu	5 de fev. de 2021 eu	45 KB
 Anexo 12 - Modelo Declaracao Usuarios Fins Lucrativ...	eu	5 de fev. de 2021 eu	30 KB
 Anexo 13 - Termo Cooperacao Tecnica Compromisso...	eu	5 de fev. de 2021 eu	42 KB



# Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

[comitesjd@gmail.com](mailto:comitesjd@gmail.com)

[www.comitesjd.sp.gov.br](http://www.comitesjd.sp.gov.br)

(17) 3227-2108 / (17) 3621-1333